

*aprovada
em comissão*

*9 votos - favor
3 votos - desfavor*

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO Fls.1/24

1 Ao dia 24 de abril de 2007, às 09H00 da manhã, no auditório do CGEN, sítio à SCEN trecho 2,
2 Edifício Sede do IBAMA, em Brasília-DF, deu-se a abertura da 23ª Reunião Ordinária da
3 Comissão Nacional do Meio Ambiente, CONABIO. Estiveram presentes à reunião o Sr.
4 **Bráulio Dias**, diretor em exercício da DCBIO/MMA, e os seguintes representantes da
5 CONABIO: Sra. **Fani Mamede** (suplente), representante da Confederação Nacional dos
6 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Sr. **Luiz Antônio Dombek** (suplente), representante
7 do Ministério da Integração Nacional – MI; Sra. **Maria Iolita Bampi** (suplente), representante
8 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr.
9 **Angelo Rafael Greco** (titular), representantes da Confederação Nacional da Agricultura –
10 CNA; Srs. **Rogério Pereira Dias** (titular) e **José Francisco Montenegro Valls** (suplente),
11 representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Herbert**
12 **Schubart** (suplente), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. **Lúcio Flores**
13 (titular), representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira -
14 COIAB; Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular), representante da Sociedade Brasileira para o
15 Progresso da Ciência – SBPC; Sr. **José Alberto Ribeiro**, representante do Movimento Nacional
16 dos Pescadores – MONAPE; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (suplente), representante da
17 Academia Brasileira de Ciências – ABC; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da
18 Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA e Sra. **Maria**
19 **Adélia Oliveira Cruz** (titular), representante do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos
20 Sociais para o Meio Ambiente. Também estiveram presentes os convidados: Sr. **José Marengo**,
21 do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais – INPE; Sra. **Karen Suassuna**, da World Wildlife
22 Fund – WWF; Sr. **Adriano Oliveira**, da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do
23 Meio Ambiente – SQA/MMA; Sr. **Fernando Caminati**, do Conselho Nacional do Meio
24 Ambiente – CONAMA e Sras. **Mônica Santos** e **Larissa Schimidt**, do Ministério de Ciência e
25 Tecnologia – MCT. Além destes, estavam presentes as Sras. **Érica Frazão Pereira** e **Marina**
26 **Landeiro**, da Secretaria Executiva da CONABIO e o Sr. **Lidio Coradin**, do Ministério do Meio
27 Ambiente. O Sr. **Bráulio Dias**, diretor em exercício da DCBIO e secretário-executivo da
28 CONABIO, observando quorum presente abriu a 23ª reunião ordinária da CONABIO. O Sr.
29 **Bráulio Dias** informou sobre a ausência do Secretário **João Paulo Capobianco**, em virtude
30 deste estar assumindo a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e deixando,
31 consequentemente, a presidência da CONABIO. O Sr. **Bráulio Dias** informou também acerca
32 da saída do Sr. **Paulo Kageyama**, ex-secretário-executivo da CONABIO e ex-diretor da

33 DCBio/MMA. Feitas estas ressalvas, o Sr. **Bráulio Dias** passou à solicitação de aprovação da
34 pauta em tela. A pauta foi aprovada sem alterações, seguindo-se à apreciação das atas, as atas da
35 20^a, 21^a e 22^a reuniões. O Sr. **Ângelo Greco**, da CNA, parabenizou a secretaria executiva da
36 CONABIO pela qualidade das atas, como legíveis e muito boas. Com relação à 20^a reunião, o
37 Sr. **Ângelo Greco** salientou que foi lamentável não se ter conseguido um espaço de tempo para
38 discussão dos resultados do seminário, tendo sido excelente as apresentações, com bom uso dos
39 recursos públicos, onde se mostrou, sobretudo, o quanto importante é essa comissão no controle e
40 fiscalização dos recursos para a biodiversidade. O Sr. **Bráulio Dias** informou sobre a
41 dificuldade de se alocar tempo para discussões frente à todas as apresentações. Não havendo
42 mais o que se considerar, se aprovou a ata por unanimidade. Passando-se em seguida para a
43 apreciação da Ata da 22^a reunião. A Sra. **Eliane Anjos**, da Confederação Nacional de
44 Indústrias, informou que, nas linhas compreendidas entre a linha 278 e a linha 286, faltou a
45 referência à resposta dada pela Ministra Marina Silva à interpelação da representante com
46 relação ao procedimento de licenciamento com referência às questões de biodiversidade e
47 mudanças climáticas, onde, de acordo com a representante, a Ministra se mostrara muito
48 surpresa que um representante da indústria falar sobre tal assunto e que este assunto deveria
49 realmente ter uma discussão interministerial para não ficar aquela situação de que o Ministério
50 do Meio Ambiente está travando o desenvolvimento do país por parte do licenciamento
51 ambiental. A Sra. **Eliane Anjos** ficou de auxiliar a Secretaria Executiva da CONABIO com
52 uma redação para que se recuperasse tal informação. O Sr. **Bráulio Dias** solicitou então a
53 apreciação da ata da 22^a reunião da CONABIO com as alterações propostas pela representante
54 da CNI, o que foi aprovado unanimamente. O Sr. **Bráulio Dias** deu seguimento à reunião,
55 informando sobre a pauta em geral, alencando os temas propostos para as reuniões da
56 CONABIO, juntamente com o calendário de datas já previamente aprovado, onde se abriu a
57 possibilidade de reuniões extraordinárias, além dos produtos que poderão ser oriundos das
58 Câmaras Técnicas para este ano. Na reunião do dia, o Sr. **Bráulio Dias** informou que o tema
59 seria o de biodiversidade e mudanças climáticas; na reunião de junho, o assunto deverá ser a
60 posição brasileira na 12^a reunião do SUBSTA, grupo de trabalho sobre a revisão da
61 implementação da CDB, que ocorrerá em julho em Paris; um outro tema seria o de
62 biocombustíveis, previsto para a reunião de agosto; ainda está prevista uma apresentação sobre
63 a plataforma e-colegiados, uma software para promover a integração, intercâmbio de
64 informações entre os colegiados ambientais, sendo que se está propondo ao MMA, a utilização

dos colegiados na área de biodiversidade no piloto do programa. Em agosto também haverá a apreciação de uma proposta oriunda da CT PANBIO sobre estratégia de capacitação de gestores públicos na área de biodiversidade. Outro tema a ser tratado será uma proposta de regulamentação de curadorias de coleções científicas, que é um tema em discussão na Câmara Técnica de coleções. Na CT Espécies Ameaçadas há a expectativa de um primeiro resultado com relação à revisão da lista de minhocas na América Latina. O Sr. **José Francisco Valls**, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento salientou ser um tema muito importante para o MAPA, uma vez que é relevante para a questão da agricultura orgânica. O Sr. **Bráulio Dias** complementou a informação com o fato de se ter recebido uma solicitação da EMBRAPA de apoio à publicação da revisão das minhocas e que espera apoiar ainda este ano. Para a reunião de outubro, a temática deverá ser recursos hídricos e biodiversidade e ma proposta de indicadores das metas nacionais para 2010. Outra proposta que se espera apreciar é a revisão da lista da flora ameaçada de extinção, com uma implementação de iniciais 108 espécies para mais de 1.500 espécies, com dois terços destas com documentação precária ou limitada. Em dezembro, se espera apreciar uma proposta de uma lista de espécies exóticas invasoras, oriunda da CT espécies exóticas invasoras, além da proposta de um glossário oficial de termos relacionados às espécies exóticas invasoras. A Sra. **Fani Mamede**, representante da CONTAG, informou que a CONATG tem muito interesse no tema de biocombustíveis e biodiversidade e que seria muito importante como subsídio às discussões na CONTAG que a CONABIO conseguisse reunir especialistas que apresentassem dados sobre o assunto. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, levantou a questão de maior conhecimento por parte dos conselheiros da CONABIO da agenda internacional e nacional do Brasil com relação aos assuntos de biodiversidade. O Sr. **Rogério Dias**, do MAPA, informou que a Comissão Nacional do Programa Cerrado sustentável, CONACER, deverá, para o mês de junho, promover um evento sobre o impacto das atividades agropecuárias sobre o cerrado, sendo interessante que os membros da CONABIO recebam informações à respeito disso. O Sr. **Bráulio Dias** informou que pode ser convidados representantes da CONACER para apresentarem informações sobre esta discussão. O Sr. **Lúcio Flores**, representante da COIAB, apresentou preocupação com a falta de informações sobre os impactos dos biocombustíveis na biodiversidade, além da preocupação com os impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre a biodiversidade, sobre as terras indígenas e o meio ambiente, com a sugestão que se dê o mesmo tratamento dado à temática de biocombustíveis para com o PAC. O Sr. **Ângelo Greco**, da CNA, pontuou a necessidade de

97 reuniões preparatórias com temas que tenham relação com biodiversidade, como
98 biocombustíveis, antes de eventos que contem com a participação da CONABIO. O Sr. **Braúlio**
99 **Dias** informou que houve uma proposta de se oferecer um espaço para membros que não são do
100 governo fazerem uma discussão entre si, porém os temas novos, como biocombustíveis já
101 entram como tema para discussão na CONABIO, sem se esquecer, entretanto, que a condução
102 dos assuntos internacionais cabe ao Itamaraty, com os subsídios necessários de grupos como a
103 CONABIO. A Sra. **Iolita Bampi**, do IBAMA, pautou a necessidade de os membros da
104 CONABIO terem acesso ao cronograma de cada CT, pois mesmo que não sejam membros
105 efetivos, pode-se ter o interesse de acompanhar as reuniões, com a sugestão de se estabelecer as
106 diretrizes das listas regionais e estaduais de espécies ameaçadas de extinção, além da própria
107 lista brasileira de espécies da fauna e flora ameaçadas. O Sr. **José Alberto Ribeiro**, da
108 MONAPE, pontuou a necessidade de se convidar alguém para falar sobre biodiversidade
109 aquática e a relação com as metas nacionais de 2010, sugerindo o nome do Sr. **José Dias**, do
110 Conselho Nacional de Pesca. O Sr. **Miguel Guerra**, da SBPC, manifestou que seria
111 conveniente se fazer um esforço na CONABIO para se promover um evento, como numa
112 reunião extraordinária, quando na parte da manhã, se pudesse trazer alguns “experts” no
113 assunto de biocombustíveis e áreas de conservação, no sentido de se ter um levantamento das
114 áreas e um zoneamento específico das áreas do Brasil possam ser utilizadas para a produção dos
115 biocombustíveis. O Sr. **Bráulio Dias** solicitou à todos os membros que enviem sugestões
116 concretas de instituições ou, preferencialmente, nomes de pessoas que a Secretaria Executiva da
117 CONABIO possa convidar para participar da próxima reunião, quando fosse se iniciar a
118 discussão desse tema. A Sra. **Fani Mamede**, da CONATG, manifestou apoio à sugestão do
119 Lício de se discutir o PAC, com alguma posição da CONABIO com relação ao PAC. A Sra.
120 **Nanuza Menezes**, representante da Associação Brasileira de Ciência, também manifestou apoio
121 à sugestão do Sr. Lício Flores, na discussão do PAC. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, reforçou a
122 sugestão do Sr. Miguel Guerra e do Sr. Bráulio Dias, de se estudar a sustentabilidade das
123 demandas nacionais e internacionais que está sendo criada para o país com relação à
124 biodiversidade e que se sentiria mais confortável se fizesse em maio uma discussão de dia
125 inteiro sobre sustentabilidade e a questão de biocombustíveis/agrocombustíveis e
126 biodiversidade, um aprofundamento disso para não se ter agendas paralelas. O Sr. **Bráulio Dias**
127 pontuou a necessidade de se reunir especialistas em maio para que se discutisse
128 posicionamentos de biocombustíveis, bem como dos temas da agenda internacional que o Brasil

129 possui com referência à biodiversidade. Além disso, informou que o Itamaraty já está
130 procurando o MMA para buscar informações para subsidiar o posicionamento brasileiro na 12^a
131 reunião do SUBSTA. O Sr. **José Francisco Valls**, do MAPA, sugeriu que se convidasse o chefe
132 da EMBRAPA Agroenergia para fazer uma apresentação sobre as pesquisas realizadas por esse
133 segmento da EMBRAPA e quais informações, de legislação e políticas, se levam em conta
134 nestes estudos. O Sr. **Bráulio Dias**, sugeriu ao Sr. José Francisco que encaminhe o nome do
135 chefe da EMBRAPA Agroenergia e outros especialistas que os membros da CONABIO
136 queiram que participe deste discussão. O Sr. Bráulio também propôs que se faça uma discussão
137 em torno do conceito de áreas degradadas. Informando também que a Secretaria Executiva da
138 CONABIO fará ofício circular solicitando as indicações dos membros às CTs da CONABIO,
139 em virtude de vencimento dos prazos e alterações em órgãos e entidades. A Sra. **Iolita Bampi**,
140 do IBAMA, solicitou que a sua sugestão não fosse diretrizes para a lista, e sim diretrizes para a
141 elaboração e revisão das listas de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. O Sr.
142 **Bráulio Dias** solicitou a deliberação à respeito da inclusão no calendário temático da
143 CONABIO do PAC. Foi aprovada uma reunião extraordinária de um dia ao final de maio para
144 se discutir biocombustíveis, dia 25 de maio, sexta-feira, na forma de seminário com
145 especialistas, com sugestões dos nomes a serem enviados pelos membros da CONABIO no
146 prazo de uma semana para que a Secretaria Executiva organize uma proposta de pauta e
147 encaminharem aos membros para consulta. Também foi aprovado o calendário temático 2007
148 para a CONABIO com as alterações sugeridas pela Iolita e pelo Lúcio Flores. O Sr. **Bráulio**
149 **Dias** reabriu a reunião na parte da tarde com a discussão sobre ajustes em políticas públicas
150 sobre biodiversidade para incorporar vulnerabilidades a cenários de mudanças do clima.
151 Informou a presença do Sr. José Marengo, do INPE; o Sr. Adriano Oliveira, da SQA; o Sr.
152 Fernando Caminati, do CONAMA; a Sra. Karen Suassuna, da WWF; a sra. Larissa Schmidt, do
153 MCT; e o Sr. Rubens Born, da Vitae Civilis. O Sr. Bráulio ponderou sobre o objetivo do tema
154 proposto, que é se fazer algumas recomendações ou deliberar sobre algumas ações que devam
155 ser realizadas para que os aspectos de vulnerabilidade da biodiversidade a cenários de mudanças
156 climáticas sejam adequadamente contemplados, começando a se pensar sobre as questões de
157 vulnerabilidade e que ações de adaptações então seriam necessárias. O Sr. **José Alberto**
158 **Ribeiro**, da MONAPE, solicitou que se abrangesse também, no escopo da discussão a zona
159 costeira. O Sr. **Bráulio Dias** informou que colocara, como provação, mangue e área costeira,
160 mas que isso seria visto melhor. O Sr. **José Marengo**, do INPE, começou a apresentação

161 fazendo uma ponderação sobre os resultados apresentados pelos relatórios do grupo 1 e 2 do
162 IPCC e Probio, com relação aos impactos previstos, fazendo referência à necessidade, contida
163 no relatório do grupo 2, que todo o plano, todo o estudo do impacto ambiental tem que incluir
164 mudanças climáticas, cenários e estudos ainda que tenha incertezas, porque a perda pode ser
165 bastante grande, além dos impactos detectados em muitas áreas a nível ecológico. O Sr. **José**
166 **Marengo** seguiu a apresentação, mostrando o que foi chamado de “grande buraco de
167 conhecimento”, em estudos de impactos e mudanças climáticas em sistemas biológicos.
168 Apresentou aspectos importantes como os extremos climáticos, que já começaram a ter impacto
169 em algumas áreas, especialmente em alguns ecossistemas produzindo elevação, especialmente
170 aumentos de chuva intensa que aparecem também explicados no sistema. E que a Argentina e
171 outros países, incluindo Cuba, estão na frente do Brasil em relação à adaptação e impactos de
172 vulnerabilidade. A Argentina tem desenvolvimento estudos sobre elevação do nível do mar na
173 grande Buenos Aires, e eles já têm feito mapeamentos e o nível do mar aumenta em nível tal
174 parte da grande Buenos Aires será afetada e também se estende para Montevidéu. Outro
175 impacto importante é na região Nordeste, a mais impactada de todas, possivelmente no futuro
176 tenha uma redução na recarga dos aquíferos em mais de 70%. Outro ponto apresentado foi o de
177 procurar entender as diferentes fontes de incertezas nas observações, os processos que tem a ver
178 com as escalas se nós queremos analisar os impactos na hidrologia e na potencial hidroelétrica
179 de uma bacia, no futuro teria-se que considerar modelos de alta resolução, e aí vem
180 desenvolvimento de modelos. Qualidade de água, por exemplo. Foi solicitado que se observasse
181 que, com relação aos custos para adaptação, seria muito mais caro não fazer nada do que gastar
182 algum dinheiro, ainda que na ordem de milhões de reais, para poder analisar a vulnerabilidade,
183 conhecer como se adaptar à mudanças climáticas. Falou das prioridades em se estabelecer níveis
184 de referência em climatologia e no nível do mar, também desenvolver metodologias para
185 identificar e estabelecer prioridades, como que setores e que ecossistemas seriam os mais
186 vulneráveis. Também expandir as redes de observação, as redes de monitoramento biológico e
187 também redes de pesquisa entre diferentes áreas de pesquisa de um país em diferentes países da
188 região. O Sr. **Bráulio Dias** levantou a questão do uso do PELD, Programa Ecológico de Longa
189 Duração como relevante para uma rede de monitoramento de possíveis impactos de mudanças
190 climáticas sobre a biodiversidade. O Sr. **Hebert Schubart**, do MCT, respondeu informando que
191 o PPBIO, que está sendo inicialmente desenvolvido no semi-árido e na Amazônia possui grades
192 de inventário sistemática de biodiversidade e pode servir como linha de base para um

193 monitoramento. O Sr. **Bráulio Dias** ponderou ainda sobre a questão de florestas versus savanas,
194 lembrando que não se trata somente da questão de mudança climática, os períodos de queima,
195 de seca maior, desmatamento, os estudos sobre a questão de balanço hídrico e raízes profundas,
196 dentre outros, o que contribui para a complexidade do tema. O Sr. **Ângelo Greco**, da CNA,
197 levantou a questão da ausência de dados técnico-científicos que pudessem associar fenômenos
198 meteorológicos com a parte biológica no país, perguntando ao Sr. Marengo se fora feito um
199 levantamento destes dados na principais bibliotecas brasileiras. O Sr. **José Marengo** respondeu
200 relatando a experiência observada no terceiro relatório do grupo dois do IPCC, onde houve
201 alguma informação sobre metrologia e clima; além de informações da América Latina, no
202 segundo relatório em 1996 e que é importante e acertado iniciativas como a do MMA de se
203 inserir o tema de biodiversidade, mas não somente este tema e não somente um círculo restrito
204 de pesquisadores reconhecia que, à publicação do relatório, ainda havia fontes a serem
205 consultadas. O Sr. **Bráulio Dias** sugeriu que se fizesse uma recomendação acerca de se ter um
206 bom levantamento dos trabalhos, mesmo os que não tenham sido publicados de forma que
207 estejam disponíveis em base de dados para todos. O Sr. **José Marengo** colocou aos
208 conselheiros a necessidade de se incluir no plano de vulnerabilidade e adaptação a Rede
209 Brasileira de Pesquisas e Mudanças Climáticas, onde se espera que ajude a preencher o buraco
210 de conhecimento em biodiversidade e mudanças climáticas. A Sra. **Karen Suassuna**, da WWF
211 Brasil, informou que uma equipe da WWF com a comunidade européia estão estudando, em
212 fase de desenvolvimento, um Plano de Cooperação Brasil e Comunidade Européia, a qual seria
213 uma oportunidade interessante de cooperação internacional para a área de pesquisa em
214 biodiversidade, conservação e mudanças climáticas no país. O Sr. **Adriano Oliveira**,
215 representante da SQA/MMA, iniciou a segunda apresentação agradecendo o convite e fazendo
216 referência ao documento distribuído pela Secretaria Executiva da CONABIO como provocações
217 iniciais ao debate. Considerando de extrema relevância no atual momento político a proposta do
218 Ministério do Meio Ambiente para coordenar uma estratégia de enfrentamento de mudanças
219 climáticas. Ponderando que se tem bastante iniciativa, em termos de mitigação, mas pouca coisa
220 ainda na área de adaptação, apesar de algumas ações de mitigação do MMA terem rebatimentos
221 importantes na área de impacto e vulnerabilidade. Durante a apresentação, o Sr. Adriano
222 Oliveira informou que há críticas de que o governo brasileiro não teria políticas públicas para
223 mudança do clima, ele explicou que o que se tem são várias medidas, principalmente na área de
224 mitigação, pulverizadas e que obviamente vão ter que ser consideradas para essa proposta de

225 estratégia de enfrentamento de mudanças do clima. Concordando que existem lacunas, como
226 mostradas pelo Sr. Marengo no relatório de IPCC, como a falta de ações na área de adaptação e
227 que nos últimos dois anos a gente tem sentido isso dentro da própria negociação da convenção,
228 que o tema de adaptação tem recebido mais atenção e tem ganhado a importância política que
229 ele merece. Ainda segundo o Sr. Adriano Oliveira, um aspecto importante que deve ser
230 considerado é que é sempre possível associar e procurar convergências entre as duas iniciativas,
231 mitigação e vulnerabilidade. Ele cita novamente o relatório do IPCC, o relatório do grupo 1 de
232 ciências, e destaca o ponto mencionado anteriormente sobre a necessidade de adaptação, já que
233 as mudanças climáticas vem acontecendo em grande velocidade. Outro ponto abordado pelo Sr.
234 Adriano Oliveira foi sobre projeções de mudanças climáticas e a necessidade de se investir na
235 minimização das emissões para que elas não venham a ocorrer, mas também projetando a
236 necessidade de medidas de adaptação futuras. Voltando a falar sobre ações de mitigação do
237 MMA e, mas especificamente da SQA, que têm rebatimento em questões de impacto,
238 vulnerabilidade e adaptação, ele identifica uma iniciativa na secretaria que tem envolvimento
239 com outras áreas do governo também que são os biocombustíveis. Segundo o Sr. Adriano
240 Oliveira, o MMA tem conversado com órgãos estaduais de meio ambiente para identificar o que
241 se pode considerar no licenciamento e com relação à impactos da produção e do uso de
242 biocombustíveis, tendo sido notado que, iniciativas de recuperação de áreas degradadas ou
243 utilização de áreas já existentes procurando um maior aumento da produtividade dessas áreas,
244 teriam aspectos positivos para preservação da biodiversidade, o que seria um ponto importante
245 de convergência entre as duas formas de atuação para lidar com mudanças do clima,
246 considerando a colocação do professor Marengo sobre a lacuna de estudos no relatório do
247 IPCC. O Sr. Adriano Oliveira diz que existem estudos, mas que estes não aparecem com
248 deveriam e menciona uma ação do Ministério, da diretoria de gestão territorial, de levantamento
249 da área costeira brasileira e que é um instrumento importantíssimo de gestão pública e de
250 tomada de decisão para o desenvolvimento urbano das zonas costeiras, sendo também um
251 instrumento importantíssimo para preservação e conservação de biomas, já que é um
252 levantamento bastante detalhado da Costa do Brasil e que, apesar de não ter um direcionamento
253 específico para mudança do clima, é um elemento importantíssimo a ser considerado nas
254 estratégias de impacto, vulnerabilidade e adaptação. O Sr. Adriano Oliveira destacou ainda
255 como ação direta da secretaria para a área da adaptação, reunião ocorrida entre o Ministério e
256 especialistas que trabalharam como revisores e como autores no grupo 2 do IPCC para colher

257 subsídios para proposta de termos para a área de impacto, vulnerabilidade e adaptação, com
258 finalidade de estratégia de enfrentamento das mudanças do clima. Além dessa ação, citou
259 também a existência de item específico dentro da agenda do órgão subsidiário da convenção
260 para assuntos científicos e tecnológicos para tratar de impacto, vulnerabilidade e adaptação de
261 mudanças climáticas. Disse que de fato existe uma proposta de programa de trabalho para essa
262 área, mas que ela ainda é bastante genérica e citou alguns pontos gerais desse plano de trabalho
263 que devem ser considerados por cada país de acordo com suas necessidades, tais como:
264 metodologias e ferramentas, dados e observações, modelagem climática, cenários e (...) eventos
265 extremos e riscos relacionados à mudanças climáticas e informações sócio-econômicas,
266 planejamentos de adaptação, pesquisa, tecnologia e diversificação econômica. O Sr. Adriano
267 Oliveira disse ainda achar que grande parte dessas recomendações seriam relevantes para o
268 Brasil, sendo uma ferramenta importantíssima para o país considerar a sua estratégia de
269 adaptação e encerrou sua apresentação se colocando à disposição para debate na continuidade
270 da reunião. O Sr. **Ângelo Greco** fez uma colocação acerca de uma experiência na zona do
271 Estuário do Rio da Prata, o Tigre. Muito interessante a evolução que está ocorrendo por causa
272 do fenômeno das enchentes do Rio da Prata, o próprio Rio da Prata desbarrancando todas as
273 pequenas ilhotas que tem por ali e as pessoas estão construindo muros de concreto armado na
274 frente do terreno para não perder sua propriedade. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, informou que o
275 trabalho coordenado pelo Sr. Marengo e que chama a atenção de que nos últimos 30 anos já há
276 uma tendência de aumento de chuva de precipitações na bacia do Rio do Prata. É uma das
277 tendências claras que deve continuar durante esse século. Ainda pontuou ao Sr. Schubart,
278 representante do MCT, que uma das coisas que o próprio governo deveria fazer era promover
279 mais e demandar mais e fomentar mais estudos na área de análise e vulnerabilidade. O Sr.
280 **Miguel Guerra**, da SBPC, solicitou explicação sobre o que aconteceu com os dados climáticos
281 no Brasil ao longo do século passado e porque eles ainda não estão disponibilizados ou
282 colocados como uma base de dados que pudesse ser de fácil acesso. Apontando que se tem
283 produzido sistematicamente uma produção relativamente consistente, como os próprios
284 relatórios em biodiversidade que se tem, tentando entender que efetivamente as análises de
285 vulnerabilidade das mudanças climáticas sobre a biodiversidade é que não têm sido
286 contempladas nesses estudos. O Sr. **José Marengo**, do INP, informou que de fato, os estudos
287 não buscavam um apanhado da análise de vulnerabilidade em biodiversidade e que é importante
288 notar que as metodologias que aplicam-se SISNAMA, na EMBRAPA são diferentes, e não dá

289 para fazer um apanhado e um mapa de impactos de agricultura. Logo é o que se quer com a
290 Rede Brasileira de Pesquisas, unificar uma metodologia, pois o que falta é um pouco a
291 uniformidade e estabilização dos documentos. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, solicitou que se
292 seguisse a apresentação sobre américa discutida no Âmbito do CONAMA. O Sr. **Fernando**
293 **Caminati**, CONAMA, apresentou breve histórico sobre o Grupo de Trabalho criado para a
294 questão de mudanças climáticas, e que, pela própria natureza do Conselho, os órgãos integrantes
295 e representantes dos vários setores que integram o CONAMA vinham demandando muito a
296 institucionalização de um Fórum dentro do CONAMA que pudesse catalisar todas as discussões
297 relativas à mudanças climáticas, e que pudesse mapear de uma forma bem ampla que tipo de
298 ações o CONAMA pode fazer nessa área. Esse novo grupo, que é coordenado pelo Conselheiro
299 representante do MDIC e conta com a relatoria da SQA/MMA, através do Adriano, um dos
300 representantes que estava na reunião, tem um escopo de estudar impactos das mudanças
301 climáticas no Brasil e o papel do CONAMA na adoção de medidas de adaptação. Informou que
302 na semana passada a houve uma primeira reunião onde foi discutido bem o escopo do GT. A
303 reunião contou com cerca de 60 pessoas de vários órgãos, várias ONGs e órgãos do governo
304 também e definiu-se um cronograma de trabalho para os próximos seis meses que é o mandato
305 inicial do GT e pode ser estendido por mais seis meses, onde vão ser trabalhados esses estudos
306 para ver que medidas de adaptação são possíveis de serem feitas dentro da competência do
307 CONAMA. Se quer mapear também que tipo de medidas o Governo já tem encaminhadas
308 nesse campo, e a partir daí de repente contribuir com o esforço que o Ministério está fazendo
309 para consolidar uma Política Nacional de enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas.
310 O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, solicitou que o sr. Fernando repassasse o cronograma dos trabalhos
311 desse Grupo de Trabalho do CONAMA, afirmando que seria interessante que o convite fosse
312 estendido a todos os membros da CONABIO. Além de destinar ao CONAMA proposições
313 oriundas da CONABIO no aspecto à mudanças climáticas. A Sra. **Karen Suassuna**, da WWF
314 Brasil, pontuou que, dentro do bloco biodiversidade do painel a ser apresentado no CONAMA,
315 a CONABIO poderia trazer contribuições importantes. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, apontou
316 que, nas normativas do CONAMA, notadamente as que tratam de aspectos do licenciamento, o
317 tema biodiversidade não está discutido, e no lançamento do livro sobre mudanças climáticas, se
318 faz esse questionamento para a Ministra Marina no sentido de como é que está sendo o
319 gerenciamento do território nacional no nível de licenciamentos ambientais com as informações
320 que a gente tem de mudanças climáticas. O Sr. **Fernando Caminati**, MMA/CONAMA,

321 informou que é preciso encaminhar ao CONAMA e ver de que forma isso pode ser
322 internalizado. Tem que levar em consideração o momento em que se falou da divisão de
323 poderes com relação ao licenciamento. Há uma discussão muito difícil sobre o artigo 23 da
324 constituição e que está parada na Casa Civil. Há também todo um contexto das grandes obras e
325 do PAC e o licenciamento ambiental. O Sr. **Bráulio Dias**, passa a palavra à próxima
326 apresentação. A Sra. **Karen Suassuna**, WWF Brasil, iniciou a apresentação pontuando sobre
327 biodiversidade em energia e a importância da mitigação e adaptação e que a equação de energia,
328 agricultura e biodiversidade ainda não está resolvida. Estudos encomendados pela WWF
329 apontam que, em 2035, o Brasil estará com níveis de emissões equivalentes aos dos países
330 desenvolvidos. Sendo, um pouco falsa a idéia de que se tem matriz energética limpa. A WWF
331 internamente tem procurado saber encomendar e estamos encomendando um trabalho para
332 saber como é que o ARPA colabora para a redução do desmatamento como uma ferramenta
333 importante para a redução do desmatamento do Brasil, o que ainda não se tem quantificado.
334 Pontuando que um dos grandes desafios é como é que você faz essa interação entre os
335 processos, o processo produtivo e o processo de conservação, sendo, sobremaneira necessário
336 um diálogo multissetorial, elaborando as políticas nacionais. O Sr. **Rogério Dias**, MAPA,
337 ponderou que os pontos apresentados pela Sra. Karen Suassuna tocam muito na questão de
338 interface de trabalho de diferentes fóruns. Informou que o Serviço Florestal Brasileiro,
339 apresentou dados preocupantes do área de florestas propícias à utilização energética versus o
340 que está sendo usado de fato, avançando sobre vegetação nativa. O que denota um problema de
341 matriz energética para a produção, ligado ao licenciamento de tais obras e atividades,
342 manifestando a preocupação pela questão do reflorestamento. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI,
343 informou que participando de eventos internacionais ligados ao crédito por carbono
344 seqüestrado, que se pagaria o preço equivalente ao praticado na Europa para a tonelada de
345 carbono seqüestrada abaixo da linha do Equador se a tonelada de carbono estivesse atrelada a
346 projetos de inclusão social e proteção da biodiversidade, promovendo assim que
347 empresas/indústrias começassem a fazer este tipo de trabalho, que é o mercado identificando
348 boas práticas, assim como a se tem as indústrias que migram pelo caminho da sustentabilidade,
349 ela tem as suas ações na bolsa valorizadas. O Sr. **Bráulio Dias**, do MMA, ponderou que um dos
350 envolvimentos mais recentes é cada vez mais as instituições se preocuparem com impacto, ter
351 impacto neutro em termos de balanço do carbono, aplicado para grandes eventos. O Sr. **Rogério**
352 **Dias**, do MAPA, ponderou sobre a cadeia produtiva na produção de etanol nos Estados Unidos,

que se reflete na produção de fertilizantes de base nitrogenada, cuja origem está na cadeia petrolífera, que é preciso observar os dados de fertilizantes de bases verdes, que já foram produzidos. As pessoas precisam ter esse tipo de informação para que elas possam saber a opção que estão tomando e nesse rumo do consumo responsável. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, afirmou que isso é algo feito na CONABIO, mas que precisa alcançar um grupo maior, transformando informação de caráter mais técnico em informação acessível à outros públicos. A partir de uma recomendação desse tipo pode-se implementar esta ideia. O Sr. **Rogério Dias**, do MAPA, complementou que talvez se atingindo de uma forma mais eficiente professores, e consequentemente os alunos nas escolas, pode-se começar a mudar. Pontuou que uma campanha para toda a sociedade é mais difícil, mas se fosse focalizada em professores de ciências e professores de biologia e se se fizer um trabalho para que eles passem a informação, poder-se-ia angariar algum sucesso. A Sra. **Karen Suassuna**, da WWF Brasil, prestou informações sobre dez itens no PAC de Ação em Defesa do Clima, assinado pela WWF Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a Petrobrás, a Votorantim e o Greenpeace, sendo eles: 1) o fim do desmatamento garantindo maior governança nas florestas por meios de políticas de combate ao desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica e em outras regiões florestais brasileiras e o fortalecimento das instituições responsáveis pela implementação e fiscalização; 2) fomento à iniciativas que pretendem incorporar a matriz energética brasileira de forma sustentável e energia proveniente de fontes renováveis aproveitando as imensas potencialidades do país; 3) conscientização da sociedade quanto aos efeitos adversos da mudança do clima, bem como quantas medidas estão sendo tomadas para reduzir nossas emissões; 4) identificação das vulnerabilidades no país, inclusive no que diz respeito à biodiversidade e definição das medidas de adaptação necessárias; 5) estabelecimento de metas de redução de emissões que as empresas e o país podem adotar e a formalização de uma produção internacional mais ativa e comprometida com a redução da emissão de gases do efeito estufa, envolvendo instituições públicas e privadas e da sociedade civil; 6) solicitação para ampliação da comissão interministerial de mudanças do clima, assegurando uma participação ativa de outros setores da sociedade como empresas e organizações da sociedade civil, inclusive na definição das posições brasileiras em fóruns internacionais relacionados ao tema; 7) pesquisas que promovam valor econômico da nossa biodiversidade e é necessário que nós dialoguemos com o setor financeiro; 8) consideração e priorização das questões sócio-ambientais inclusive da mudança climática nos programas de

385 ações dos planos plurianuais; 9) estimular a disseminação de exemplos positivos; 10) fomentar
386 o desenvolvimento de um mercado nacional de energias limpas, como solar, eólica e pequenas
387 centrais hidrelétricas. Este documento seria um passo na tentativa de se criar um diálogo
388 multisectorial. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, solicitou à Sra. Karen Suassuna que enviasse uma
389 versão eletrônica deste documento para que fosse distribuído à todos, solicitando também o
390 estudo que a WWF Brasil encomendou à UNICAMP, a Agenda Elétrica Sustentável. A Sra.
391 **Karen suassuna**, WWF Brasil, informou poder fazer um programa mandando os links para que
392 não ficasse pesada a comunicação. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, solicitou que a Comissão reflita
393 qual encaminhamento tomar: 1) de deliberar imediatamente; 2) de se criar só um processo; ou
394 3) de se deliberar alguma coisa e criar o processo para o assunto, porque o assunto é complexo
395 para que se avance nos aspectos que mereçam mais atenção. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI,
396 manifestou o interesse em trabalhar com indicadores e sugeriu que se fizesse um *brainstorm* de
397 que indicadores se pode trabalhar ou se buscar na comissão interministerial de mudanças
398 climáticas, no CONAMA, porque seria algo concreto e mostraria no ponto de vulnerabilidade
399 está tendo perda do ecossistema “X” e se isso estaria atrelado a mudanças climáticas, por
400 exemplo. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, informou sobre este aspecto que os impactos de mudanças
401 climáticas vem à médio prazo, não é algo que acontece da noite para o dia, que é um processo
402 um pouco inexorável. O risco seria de se demorar muito para começar a tomar medidas, o que
403 pode não ter eficácia no futuro ou ficarem muito caras. Sendo justamente a tese principal do
404 relatório externo sobre mudanças climáticas, sai muito mais barato começar a tomar medidas
405 desde já, do que deixar para tomar medidas daqui a 10, 20 ou 30 anos. Informou também que irá
406 circular entre os membros um documento sobre a reunião do G8 mais cinco, os Ministros do
407 meio ambiente do G8 mais cinco. Isso é um documento expedido pelo Ministério do Meio
408 Ambiente da Alemanha, fruto de uma reunião sobre biodiversidade sobre mudanças climáticas e
409 que possui como uma das iniciativas, tentar se fazer um relatório tipo relatório externo para a
410 biodiversidade. Para tentar chamar a atenção para as consequências econômicas da perda da
411 biodiversidade e da falta de ação agora e o que isso vai significar em termos de consequências
412 sócio econômicas no futuro. A idéia é tentar ter esse relatório pronto para a COP 9 que vai
413 acontecer em maio do ano que vem na Alemanha, sendo um grande desafio por causa das
414 valorações econômicas que devem ser feitas em recursos genéticos e em serviços ambientais. O
415 Sr. **Bráulio Dias**, MMA, colocou as propostas em apreciação, tendo sido vencedora a proposta
416 3, de se deliberar ainda nesta reunião e se criar processo para o assunto ser discutido com maior

417 profundidade posteriormente. O Sr. **José Francisco Valls**, do MAPA, mostrou preocupação em
418 não ver a CONABIO e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas dentro dos organizadores da
419 Semana da Caatinga, porque durante o ano passado foi gasta uma boa quantidade de horas a
420 respeito de documentos sobre a caatinga. Além disso, houve uma orientação da CONABIO,
421 naquelas chamadas de parentes silvestres e plantas do futuro, tendo a CONABIO participado
422 muito nisso, inclusive com uma apresentação sobre áreas prioritárias para conservação de bioma
423 caatinga. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, ponderou que se pode fazer um esforço maior nesse
424 sentido e que ao longo do ano se tem uma série de eventos de Mata Atlântica, Caatinga,
425 Cerrado, além do Dia Mundial da Biodiversidade, o Dia do Meio Ambiente e que existe um
426 calendário ambiental ao longo do ano, e essa poderia ser uma discussão que se pode promover
427 em algum momento. Concordou que o plano de futuro merece mais atenção e deve-se acatar a
428 sugestão, procurando identificar melhor essas oportunidades e divulgar. Solicitou, antes de
429 encerrar o primeiro dia de reunião que os convidados fizessem alguma consideração final. O
430 Sr. **Adriano Oliveira**, SQA/MMA, identificou, como forma da Comissão auxiliar os trabalhos
431 da SQA, é a questão dos impactos sobre a biodiversidade de possíveis ações de mitigação, na
432 linha dos biocombustíveis, mas expandindo para outras áreas também; que a Sra. Karen
433 Suassuna mencionara a questão da expansão das áreas de fronteira e o colega do MAPA, a
434 questão de utilização de biomassa nativa para produção de energia, o que considerou como
435 elementos importantes para as estratégias de mitigação para que se tente considerar as
436 preocupações com o impacto da biodiversidade. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, afirmou ser isso
437 uma possibilidade e solicitou que o que pudesse ser enviado, destas agendas, e que pode ser
438 compartilhado para todos sobre as discussões em outros fóruns que estão acontecendo. O Sr.
439 **Adriano Oliveira**, SQA/MMA, observou ter entregue à Secretaria Executiva da CONABIO o
440 documento do programa de Nairobi. O Sr. **José Marengo**, do INP, agradeceu primeiramente a
441 oportunidade de participação, se colocando à disposição do grupo e também do CONAMA.
442 Falou também em nome do Dr. Carlos Nobre e de outros que trabalham na área de clima, que se
443 encontram à disposição para tratar das questões de clima, enfatizando a necessidade de treino,
444 preparo e qualificação para a interpretação dos dados. A Sra. **Karen Suassuna**, da WWFBrasil,
445 ressaltou a necessidade de integração com os programas entre governos, de se frisar um pouco a
446 necessidade dessa relação intersetorial que fora colocada pelo Sr. Marengo. Que as discussões
447 do CONABIO devem chegar em outras câmaras também. Que Uma das coisas que o WWF tem
448 colocado é que as possibilidades de sofrer impacto são altas e olhando para ecossistemas e

449 biomas, a primeira coisa é tirar ou tentar eliminar qualquer tipo de pressão ou *stress* externo ao
450 *stress* que já deve ter a possibilidade de ocorrer do clima. E, então pensar isso de uma maneira
451 mais integrada não só mudança do clima, mas o que eu posso aliviar para quando aquela
452 mudança climática vier eu tenho pelo menos uma possibilidade de adaptação melhor dos
453 sistemas, e tem uma outra palavra aumentar o poder de resiliência desses ecossistemas.
454 Agradeceu pela oportunidade de poder estar presente e de estar falando um pouco da
455 experiência que a WWF está tendo com vários setores. O Sr. **Fernando Caminati**, do
456 CONAMA, agradeceu o convite da CONABIO e deixou o CONAMA à disposição, bem como
457 o GT de Impacto das Mudanças Climáticas para fazer uma integração com a CONABIO.
458 Informou que estaria passando para a secretaria da CONABIO todos os convites do CONAMA.
459 A Sra. **Nanuza Menezes**, da ABC, questionou o Sr. Bráulio se a CONABIO já procurou
460 parceria com o CNPQ, uma vez que este abre umas chamadas universais e se poderia aproveitar
461 uma ocasião como essa. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, respondeu que isso já foi discutido com o
462 MCT, que o setor de Ciência e Tecnologia é um setor horizontal que atende a todos os setores
463 do país e que cabe perfeitamente que MCT e CNPq e FINEP recebam demandas, que isso seria
464 perfeitamente pertinente que se discutisse idéias sobre quais as áreas de pesquisa, por exemplo,
465 que precisariam de mais apoio, isso poderia ser parte de uma deliberação da CONABIO a ser
466 encaminhada para CNPq e MCT. O Sr. **Miguel Guerra**, da SBPC, mencionou que talvez fosse
467 uma recomendação a ser extraída para que a área internacional do MCT e CNPq e a própria
468 assessoria e o Itamaraty formassem uma força-tarefa para identificar tais pontos, que seria uma
469 recomendação forte da CONABIO para se criar um grupo interministerial e que trate da questão
470 dos recursos de cooperação internacional de financiamento externo com relação à
471 biodiversidade com a seriedade que ela merece. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, ponderou sobre a
472 dificuldade que era trabalhar a questão da biodiversidade, que era “departamentalizada”, e que
473 hoje se enfrenta grandes dificuldades, que são complexas e transversais e que se poderia
474 recomendar quais seriam as prioridades para cooperação internacional para financiamento
475 externo. Encerrando este primeiro dia de reunião às 18h30. Às 09h00 da manhã, do dia 25 de
476 abril de 2007, o Sr. **Bráulio Dias**, MMA, reiniciou os trabalhos da 23ª Reunião Ordinária da
477 CONABIO, retomando as discussões sobre o item 5.2 sobre propostas para política de
478 biodiversidade em função de mudança do clima, passando a palavra para a apresentação do
479 MCT. A Sra. **Mônica Santos**, MCT, iniciou apresentação dos modelos regionais que estão
480 sendo desenvolvidos para a realização da segunda comunicação nacional. Apresentou um breve

histórico sobre como foi buscado desenvolver estudos para a primeira comunicação nacional, onde se deu ênfase ao inventário. Na segunda comunicação nacional se vai fazer a regionalização dos modelos, em circulação global para o Brasil, por períodos de 2010 à 2040, de 2041 à 2070 e de 2071 à 2100. E estudos de variabilidade e adaptação à mudança do clima também serão conduzidos. Os produtos serão mapas de cenários climáticos do futuro, gerados pelo modelo ETA/ CPTEC, os cenários A2, A1B e B2 até o ano 2100, relatórios e publicações. Esses produtos poderão desenvolver as aplicações a setores da sociedade, contribuindo para analisar os impactos de mudança do clima, os estudos de vulnerabilidade, como se adaptar e medidas de adaptação e mitigação que servirão para os governos e tomadores de decisão da implementação de políticas públicas e contribuirão também para o desenvolvimento sustentável e social. Os relatórios serão disponibilizados na página de mudança do clima do MCT. Entre os produtos está a elaboração de um relatório sobre vulnerabilidade e biodiversidade incluindo uma atividade análise de efeitos a mudanças do clima sobre aspectos de biodiversidade no Brasil. A Sra. **Larissa Schimidt**, do MCT, acrescentou que se está trabalhando com modelos regionais porque os modelos do IPCC, relatórios e estudos são genéricos demais e voltados para o hemisfério norte e que se espera terminar em 2010. O Sr. **Miguel Guerra**, da SBPC, comentou sobre a dificuldade em relação a se ter uma série de dados históricos por causa da dispersão e a ausência de padronização dos mesmos e que entendeu que o projeto com o CPTEC também visa fazer, não só regional para a América Latina mas também uma de administração dessas metodologias nas diferentes regiões do Brasil. A Sra. **Mônica Santos**, do MCT, informou que já é padrão e já é a metodologia que o CPTEC tem usado e foi o que apresentou melhores resultados para a América do Sul. O Sr. **Rubens Born**, Instituto Vitae Civilis, iniciou a apresentação com a informação de que a ONG acompanha a questão do regime de mudanças climáticas há pelo menos 17 anos e que, no campo das ONGs, a atenção prioritária até o momento foi e tem sido a questão de mitigação, apesar de, mais recentemente, as atenções terem se voltado também para a questão da adaptação, principalmente para os países maus vulneráveis ou mais pobres. No campo das ONGs já circula há uns quatro ou cinco anos, um documento de qual seria a abordagem geral das ONGs ambientalistas para questão de mudança de clima muito concentrado, com três caminhos a seguir: o fortalecimento do protocolo de Kyoto e da convenção do clima; a descarbonização da sociedade - menos dependente de combustíveis fósseis e de tecnologias que não se preocupam com a eficiência no uso de recursos ambientais; e terceiro é o conjunto de medidas de adaptação. Ponderou também sobre a

513 necessidade de ações mais urgentes, sinalizar para a sociedade o que é importante fazer em
514 termos de mudanças climáticas e que, no final do mês de maio, iriam realizar, nos dias 28 e 29
515 de maio, um seminário que vai envolver FBOMS, e estamos convidando o pessoal da atuação
516 do semi-árido e uma série de redes de ONGs, para discutir uma proposta de ONGs do que seria
517 uma Política Nacional de Mudança de Clima, onde entra também um componente de adaptação.
518 O Sr. **Herbert Schubart**, do MCT, comentou a respeito de um evento do IBAMA e UNESCO
519 sobre fogo no meio rural no entorno e sítios do patrimônio cultural, patrimônio ambiental da
520 biodiversidade que existe no Brasil, que são cinco, onde assistiu uma apresentação do Marcelo
521 Nunes que é do MDA da Secretaria de Agricultura Familiar e que seria muito importante se
522 observar iniciativas locais. A Sra. **Larissa Schmidt**, comentou que há um princípio que rege
523 dentro da convenção quatro sobre mudança do clima, todo inclusive o protocolo de Kyoto que é
524 a questão da responsabilidade comum, porém diferenciada. Tem que ser entendido que
525 mitigação é diferente de adaptação, também especialmente nesse ponto porque na verdade quem
526 tem responsabilidade de mitigar é quem historicamente contribuiu para emissões de gás de
527 efeito estufa, e isso não inclui o Brasil que inclusive tem uma matriz do ponto de vista de
528 emissões bastante limpa e bastante correta e que o Plano Nacional pode ser uma oportunidade
529 de receber contribuições, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas estava recebendo
530 contribuições e sei que está ainda recebendo contribuições para discutir o plano nacional e pode
531 ser uma oportunidade de participar naquilo que for de interesse. Mas sempre lembrar que
532 questões, por exemplo, como o MDL que é um mecanismo de desenvolvimento limpo que
533 surgiu de uma proposta do Brasil, ele é um mecanismo de mercado, ele é adicional e é adicional
534 porque a responsabilidade de mitigação é por meio de políticas públicas de países que têm o
535 compromisso de reduzir. A Sra. **Maria Adélia Cruz**, ONGs Movimentos Sociais, comentou
536 que acreditar ter chegado o momento de se fechar algo que o CONABIO possa levar como
537 contribuição real. O Sr. **Rogério Dias**, MAPA, ponderou sobre o problema de despreparo da
538 assistência técnica para com agricultores de pequeno porte, a falta de preparo na formação dos
539 profissionais e na necessidade de o consumidor valorizar o produto com benefício ecológicos,
540 que é preciso melhorar também as políticas de crédito. O Sr. **Wilson Loureiro**, ABEMA, fez
541 uma consideração sobre se deliberar questões de âmbito municipal sem a representação
542 municipal. Ponderou também que uma das primeiras preocupação da Câmara Técnica do
543 PANBIO deveria ser discutir um plano de execução de uma ação federalista mais eficiente. O
544 Sr. **Braúlio Dias**, MMA, concordou que se pode utilizar a Câmara Técnica do PANBIO, porque

545 esse é um dos eixos chave dessa Câmara, a questão de articulação. O Sr. **Rubens Born**, *Vitae*
546 *Civilis*, ponderou ter que começar agora a lidar com medidas de adaptação para impactos
547 inevitáveis e ao mesmo tempo medidas de adaptação de longo prazo. E nas negociações
548 internacionais e quem segue regime internacional tem classificação, mitigação e adaptação, é
549 preciso dar conta das realidades na esfera internacional. E que, além das medidas de adaptação,
550 se pensar em estratégias de comunicação de enraizamento na sociedade. O Sr. **Bráulio Dias**,
551 MMA, comentou que além da já referida iniciativa liderada pela Alemanha que preside
552 atualmente o G8 e foi realizado em março, agora, a reunião de Ministros do Meio Ambiente do
553 G8 mais cinco, considera que é relevante comentar que em uma reunião sobre biodiversidade e
554 cidades em Curitiba, aprovou-se uma declaração criando então uma iniciativa internacional para
555 envolver as cidades e começar a incorporar melhor as preocupações de biodiversidade nos
556 planos municipais e etc. Solicitando que se começasse os procedimentos de deliberação. O Sr.
557 **Rogério Dias**, do MAPA, sugeriu programar seminários para que os dirigentes do Poder
558 Executivo fossem e ouvissem quais são as principais preocupações e principais problemas para
559 que se coloque dentro do PPA, para que se avalie a prioridade de investimentos. Sendo outra
560 sugestão a de se pensar em uma coleção de publicações voltadas às questões práticas de
561 conservação e biodiversidade para os agentes de ponta. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, ponderou
562 que um possível conteúdo de uma deliberação seria que, em função da competência que se tem
563 de coordenar a implementação da CDB, identificar claramente quais são os componentes com
564 base na informação científica disponível, quais seriam esses ambientes e componentes da
565 biodiversidade mais vulneráveis que deveriam receber mais atenção. Uma outra sugestão é
566 começar a listar que tipos de ações de adaptação que poderiam ser realizadas. E uma terceira
567 seria começar a pensar os mecanismos para implementar. A Sra. **Larissa Schmidt**, do MCT,
568 sugeriu que além de se reconhecer áreas como particularmente vulneráveis, poder-se-ia falar em
569 possibilidade de intensificação da vulnerabilidade na mudança do clima. O Sr. **Bráulio Dias**,
570 MMA, concordou em se reconhecer as duas coisas: vulneráveis e passíveis de intensificação
571 dessa vulnerabilidade face ao cenário de mudanças climáticas. O Sr. **Rubens Born**, do Instituto
572 *Vitae Civilis*, sugeriu de se usar também o conceito de serviços ambientais como o outro lado
573 da moeda de destacar no primeiro bloco. E sugere que na decisão, pudesse-se chamar a atenção
574 que ao tratar dos ambientes, tem que se considerar os três níveis de biodiversidade que a
575 convenção trabalha que é ecossistema, espécie e recursos genéticos, variabilidade genética e
576 ressaltar os serviços ambientais, porque isso está tudo ligado e faz parte. O Sr. **Bráulio Dias**,

577 MMA, esclareceu que no primeiro item tem-se que trabalhar em cima da informação científica
578 disponível, e por enquanto ela está em grandes biomas ou ecossistemas. Sugeriu pegar a
579 sugestão do Sr. Rubens e colocar o reconhecimento logo de saída que ao considerar essas
580 questões de vulnerabilidade e ações de adaptação deve-se lembrar os três níveis de
581 biodiversidade. Foi deliberado pela mudança de redação do item 2: entre biomas cerrado e os
582 biomas aí Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica. Outra sugestão do Sr. **Bráulio Dias**, MMA, foi
583 que no semi-árido se chame atenção para ecossistemas de catingas arbóreas e de matas que
584 seriam talvez dentro desse grande bioma aqueles ecossistemas mais que estarão mais
585 vulneráveis a essa mudança climática com a transformação de uma região semi-árida numa
586 região árida. Sugestão acatada. Sugeriu também se colocar manguezais e chamou atenção para
587 restingas na Zona Costeira. A Sra. **Maria Adélia Cruz**, ONGs Movimentos Sociais, ponderou
588 sobre ecossistemas, que Zona Costeira como é chamada só incluiria recifes de coral e que tanto
589 manguezal como restinga é considerado associado de Mata Atlântica. O Sr. **Bráulio Dias**,
590 MMA, informou que a idéia aqui era tentar ser mais específico para certos ecossistemas,
591 perguntou se poderia então incluir manguezal e restinga. O que foi aceito. Após breve discussão
592 se decidiu por incluir um sexto item, que seria ecossistemas em áreas de recarga e de nascentes
593 de rios. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, pediu esclarecimento sobre o documento não citar nada
594 sobre ações de mitigação. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, informou que mitigação já vem
595 recebendo bastante atenção, é a primeira frente de combate a essa questão mitigação e isso já
596 tem relatório nacional quantificando, já tem fóruns que foram criados e que estão com essa
597 competência para tratar a questão que é nova e que tem mais interface com a biodiversidade. A
598 Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, informou que a preocupação é que os gestores ambientais dos
599 Estados não estão preparados para o tema, que se tem uma legislação que não leva em
600 consideração o tema da preservação da biodiversidade, que não se faz um gerenciamento das
601 zonas econômicas ecológicas levando em consideração a questão da biodiversidade. O Sr.
602 **Bráulio Dias**, MMA, respondeu que isto poderia ser contemplado principalmente no bloco dois.
603 No bloco 2, foi decidido pela nova redação: Ações propostas pela CONABIO como resposta de
604 adaptação da biodiversidade brasileira nos ecossistemas mais vulneráveis face aos impactos das
605 mudanças climáticas geradas pelo efeito estufa no âmbito da Política Nacional da Biodiversida-
606 de. Itens aprovados: 1. *ampliar representatividade e efetividade de áreas protegidas*. 2. *Criar e*
607 *implementar corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas*. 3. *Ampliar esforços de*
608 *conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção*. 4. *Ampliar esforços de coleta e*

609 conservação ‘ex situ’ de espécies endêmicas e ameaçadas. 5. Coleta, caracterização e conser-
610 vação de ex situ em recursos genéticos e variedades locais crioulas. 6. Ampliar ações de pre-
611 venção e fiscalização de desmatamento e queimadas. 7. Ampliar ações de prevenção e fiscaliza-
612 zação de extrativismo predatório e ilegal da fauna e da flora (caça, pesca, tráfico de animais,
613 lenha, carvão vegetal e produtos madeireiros e não madeireiros). 8. Manter ações de preven-
614 ção e fiscalização de poluição urbana. 9. Ampliar ações integradas de prevenção e erradica-
615 ção e controle de espécies exóticas invasoras que impactam o meio ambiente, biodiversidade,
616 agricultura e a saúde humana. 10. Incorporar critérios de vulnerabilidade a mudanças climáti-
617 cas nas revisões futuras de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. 11. Estabele-
618 cer um sistema e rede de monitoramento da biodiversidade com participação da academia e
619 sociedade. 12. Ampliar as pesquisas sobre vulnerabilidade e resistência e resiliência, capaci-
620 dade de adaptação para ecossistemas mais vulneráveis e sua biodiversidade. 13. Aprimorar as
621 modelagens regionais e mudanças climáticas e gerar mapas mais precisos dos ecossistemas
622 mais vulneráveis e áreas degradadas. 14. Promover maior capacitação de gestores públicos
623 para adaptação dos ecossistemas face aos impactos de mudanças climáticas geradas por efeito
624 estufa. 15. Promover maior sensibilização, conscientização e mobilização da população bri-
625 leira ações de adaptação às ameaças de mudanças climáticas aos ecossistemas brasileiros e
626 sua biodiversidade. 16. Estimular a adoção de programas, práticas e ações pelo setor privado
627 e por organizações da sociedade que contribuem para adaptação à mudanças climáticas. Após
628 intervalo para almoço, o Sr. **Bráulio Dias**, MMA, retornou a reunião, informando das alterações
629 estruturais anunciadas mais cedo, em reunião do CONAMA, pela Ministra Marina Silva. Algu-
630 mas alterações ainda foram sugeridas com respeito aos itens discutidos antes do almoço, notada-
631 mente o item de espécies exóticas invasoras, colocando-se “ações integradas” e “que impacta o
632 meio ambiente, biodiversidade, agricultura e a saúde humana” após espécies exóticas invasoras.
633 O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, sugeriu que, para o terceiro bloco, se alencasse primeiramente as
634 idéias trazidas pela manhã e em seguida se aprimorasse a redação dessas. Fora alencado: o Pla-
635 no Safra, com possibilidade de subsidiar ações de recuperação de Áreas de Proteção Permanente
636 visando a manutenção de serviços ambientais; a questão de publicações técnicas, uma coleção
637 de manuais de boas práticas que sejam relacionados à atividades necessárias para recuperação e
638 conservação da biodiversidade, bem como à recuperação de áreas de reserva legal, recuperação
639 e criação de corredores ecológicos e recuperação e de áreas degradadas; promoção e realização
640 de seminários para a capacitação dos dirigentes; incorporação de ações de adaptação às mudan-

641 ças climáticas; articulação com o Ministério da Cidade visando a incorporação de ações de
642 adaptação nas mudanças climáticas nos planos diretores municipais; inserir na grade curricular e
643 capacitação de professores as ações de adaptações a mudanças climáticas que afetam a biodiver-
644 sidade; articulação com o Ministério da Ciência e Tecnologia visando a demanda induzida para
645 pesquisa sobre vulnerabilidade e adaptação de componente e das mudanças climáticas; articula-
646 ção com grupos de trabalho existentes no governo sobre o pagamento de serviços ambientais e
647 obtenção de crédito que contemplem a implementação de ações. A Sra. **Maria Adélia**, Ongs
648 Movimentos Sociais, sugeriu que se alterasse o item 13 do bloco anterior de “13. *Aprimorar as*
649 *modelagens regionais e mudanças climáticas e gerar mapas mais precisos de ecossistemas*
650 *mais vulneráveis*” para “13. *Aprimorar as modelagens regionais e mudanças climáticas e gerar*
651 *mapas mais precisos dos ecossistemas mais vulneráveis e das áreas degradadas*”. Na continua-
652 ção das ações no terceiro bloco, foi proposto: instituir articulação nas três esferas de governo
653 (União, Estados e Municípios) visando a operacionalização de ações de adaptações a mudanças
654 climáticas nas políticas públicas por meio da Câmara Técnica Permanente do PANBIO. O Sr.
655 **Rubens Born**, do Instituto Vitae Civilis, se despede e agradece o convite. Retomando os itens
656 de ação, se propôs: articulação com a Rede Brasileira de Fundos Socioambientais para mobili-
657 zação de recursos para apoiar medidas de adaptação e componentes da biodiversidade e mudan-
658 ças climáticas; orientação aos executores dos projetos financiados com recursos do GEF para
659 considerar sempre que possíveis áreas e ações identificadas como prioritárias face à vulnerabili-
660 dade da biodiversidade ou dos componentes da biodiversidade às mudanças climáticas. O Sr.
661 **Bráulio Dias**, MMA, propôs que se visse uma forma de que essa Comissão se envolvesse na
662 elaboração do Plano Nacional de Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas. Para a pro-
663 posição em discussão, foi melhor definido *promover ou assegurar a participação da CONABIO*
664 *na elaboração do plano nacional de mitigação e adaptação dos componentes da biodiversida-*
665 *de*. Iniciou-se uma revisão dos itens alencados no terceiro bloco, o inicio ficou ações de adapta-
666 ção dos componentes para inserção no plano plurianual 2008-2011. Com relação ao ponto refe-
667 rente ao Plano Safra, se propôs articular com o MAPA, como endereçamento para se chegar ao
668 Conselho Monetário. Com relação à produção de manuais, se endereça ao MAPA, MMA e
669 MDA. No item seguinte, o endereçamento para a organização de seminários e cursos de capaci-
670 tação e etc, de gestores públicos seria para a MP, MMA e Casa Civil. No *caput* da seção seguin-
671 te se propõe: *a CONABIO propõe os seguintes mecanismos para a implementação das ações*
672 *acima identificadas*. Foram discutidos os considerandos propostos pelo Sr. **Bráulio Dias**,

673 MMA, que chamam a atenção para os resultados que estão no sumário para tomadores de deci-
674 são do grupo dois do IPCC, que achou ser relevante para um considerando. O Sr. **José Franci-**
675 **co Valls**, do MAPA, alertou para a questão de um alerta precoce em relação à substituição de
676 florestas tropicais por savanas. Que é preciso tomar cuidado com questão de não se dizer que a
677 Amazônia vai virar cerrado. O Sr. **Bráulio Dias**, do MMA, informou que, a forma que está no
678 texto, fora extraído como estava no relatório. Foi deliberado por se retirar o considerando e fa-
679 zer a ligação com *Em face a essas constatações a comissão propõe...* O Sr. **Rogério Dias**,
680 MAPA, sugeriu que na recomendação do PPA se incluísse não só questões de adaptação, mas
681 também as medidas de mitigação, porque senão não estou recomendando em lugar nenhum e
682 nem vou ter oportunidade em lugar nenhum de criar ações que também estejam relacionadas à
683 medidas de mitigação. O Sr. **Rogério Dias**, MAPA, sugeriu que se colocasse “ações de mitiga-
684 ção e adaptação para componentes visando redução de impactos de mudanças climáticas sobre
685 os componentes da biodiversidade”. Concordou-se com a redação. O Sr. **José Alberto Ribeiro**,
686 da MONAPE, informou sentir falta a questão do avanço do mar. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, in-
687 formou que há o estudo dos processos de avanços sobre o litoral que já está acontecendo, e que
688 foram financiados dois estudos em particular sobre impactos de elevação do nível do mar em
689 duas regiões, na Bahia de São Vicente e na foz da lagoa dos patos. Foi adicionado o texto “e na
690 zona costeira de todo o litoral brasileiro haverá elevação do nível do mar de tanto a tanto até o
691 final do século” (valores a serem pesquisados). Com a chegada da Sra. Iolita Bamipi, do IBA-
692 MA, o Sr. **Bráulio Dias**, MMA, encaminhou uma releitura do texto para deliberação da CONA-
693 BIO, mostrando os considerandos (quatro), os três blocos, os seus parágrafos e itens. Foi discu-
694 tida a questão de articulação e gestão da CT PANBIO. O Sr. **José Alberto Ribeiro**, da MONA-
695 PE, sugeriu que: “a elevação do nível do mar acarretará impacto em toda a zona costeira brasi-
696 leira.” Sugestão acatada. A Sra. **Fani Mamede**, da CONTAG, comentou sobre a questão do
697 campos de altitude, agora na regulamentação da lei da Mata Atlântica que está sendo feita pelo
698 CONAMA, que fora estabelecido em uma resolução do CONAMA e ainda não é bem aceito. O
699 Sr. **Bráulio Dias**, MMA, informou que é só para ajudar quem for ler isso aí para saber do que
700 nós estamos falando sobre refúgios montanos. A Sra. **Maria Adélia Cruz**, das ONGs Movi-
701 mentos Sociais, ponderou sobre ser chamado brejos de altitude em Pernambuco e na Paraíba. O
702 que foi acrescentado no texto. O Sr. **Bráulio Dias**, do MMA, continuou a releitura do texto das
703 ações como respostas de adaptação da biodiversidade brasileira nos ecossistemas mais vulnerá-
704 veis listados acima, face aos impactos de mudança climática. A Sra. **Fani Mamede**, da CON-

705 TAG, ponderou que deveria se adicionar o MDA junto ao MAPA para a proposta da questão re-
706 lativa ao Plano Safra. O que foi acatado. O Sr. **Rogério Dias**, do MAPA, questionou que, no
707 caso da articulação ministerial e da casa civil para inserir a temática da Agenda 21, deveria estar
708 relacionadas às questões da Agenda 21 que cada órgão tem. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, infor-
709 mou que era para explicitar a questão da adaptação para mudança climática e então talvez inse-
710 rir a temática de adaptação para mudanças climáticas, e aí a Agenda 21. Se acatou ficar “no âm-
711 bito da Agenda 21”. O Sr. **José Francisco Valls**, do MAPA, questionou que não se colocar as
712 mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa. O que foi acatado. A Sra. **Iolita Bampi**, do
713 IBAMA, perguntou se estavam criando uma Câmara Técnica ou um grupo de trabalho. Que fal-
714 tava tempo, uma vez que o CONAMA confirmou a reunião, o seminário que vão organizar ago-
715 ra, no dia 30, no Rio de Janeiro, sobre mudanças climáticas. Que até o dia 3, se encaminhe su-
716 gestão de nomes de especialistas ou temas E que se tivesse uma deliberação para encaminhar
717 urgente para eles, porque isso dá uma listagem das preocupações da CONABIO e dos temas. O
718 Sr. **Bráulio Dias**, do MMA, colocou o texto em votação, tendo sido aprovado por unanimidade.
719 Solicitou aos membros da CONABIO, que antes do dia 3 de maio, enviassem sugestões de no-
720 mes e temas e qualquer sugestão para o seminário que o CONAMA vai organizar no dia 30 de
721 maio no Rio de Janeiro, para ajudar a discussão nesse GT nos temas e como primeira providên-
722 cia a fazer é comunicar o CONAMA sobre a deliberação. Tomando-se outras medidas após a
723 reunião do CONAMA. Lembrando também que os membros deveriam enviar nomes de convi-
724 dados para o seminário da CONABIO sobre biocombustíveis até o dia 4 de maio. A Sra. **Eliane**
725 **Anjos**, da CNI, pergunta se, para as tarefas de articulações, estas seriam feitas pelo secretariado
726 da CONABIO. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, respondeu que o secretariado irá preparar primeiro
727 as correspondências para que o Presidente da CONABIO encaminhe formalmente já comuni-
728 cando para as várias instâncias. A Sra. **Eliane Anjos**, da CNI, solicitou deixar registrado a ne-
729 cessidade dos membros da CONABIO de saberem como os trabalhos estão evoluindo. Que ti-
730 vessem o acompanhamento das ações de articulação. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, informou que,
731 nas próximas reuniões, se trará esse retorno como uma informação e a partir daí se toma decisão
732 se necessário de algumas outras providências. A Sra. **Iolita Bampi**, do IBAMA, solicitou que
733 depois seja enviado para os membros da CONABIO o documento com a formatação final. O Sr.
734 **Bráulio Dias**, MMA, que vai se corrigir o português, formatar tudo e repassar para todos e co-
735 locar na página da Internet, sem esquecer que ainda há a assinatura do presidente da CONA-
736 BIO. O Sr. **José Alberto Ribeiro**, da MONAPE, reforçou a importância desse acompanhamen-

737 to e que, com relação a questão do seminário de biocombustível, se podem indicar alguns espe-
738 cialistas, se a gente pode trazer como convidado o suplente. O Sr. **Bráulio Dias**, MMA, infor-
739 mou que pode-se analisar caso a caso porque o compromisso de apoiar é um representante de
740 cada instituição. Geralmente essa é a prática, mas se houver de um particular interesse que faz
741 sentido estar os dois presentes aqui, pode ser proposto que será analisado e sempre que puder,
742 atendido. Informou ainda que estava previsto duas apresentações, uma do IBAMA, o represen-
743 tante estava à disposição, mas que se poderia solicitar que o IBAMA envie uma informação
744 para ser circulada para a CONABIO e, na próxima reunião, podem estar presentes para fazer a
745 apresentação. O Sr. André Mizi, do MRE, por motivos de problemas de saúde não pôde fazer
746 sua apresentação, se comprometeu na próxima reunião a fazer apresentação sobre o calendário
747 de reuniões da convenção desse ano. Em nada mais a ocorrer, a reunião foi dada por encerrada
748 às 18h00.